

Trabalhadores de Bento entram na justiça pela correção do FGTS

Sindicato já reuniu mais de 300 pedidos e amplia horário de atendimento aos trabalhadores que querem ajuizar ações

A briga na Justiça deve demorar de dois a dez anos, mesmo assim, milhares de trabalhadores estão ajuizando ações pedindo a correção do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que desde 1999, quando o governo federal instituiu novas regras para correção do benefício e segundo os advogados, vem causando prejuízos ao saldo das contas por conta da inflação.

No Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Bento Gonçalves - Sitracom BG, cerca de 400 trabalhadores

foram atendidos e 300 já assinaram procuração autorizando os advogados a ajuizar ações individuais. Os atendimentos para esclarecimento do assunto são realizados nas segundas e quartas-feiras a partir das 14h e aos sábados a partir das 9h.

Um dos advogados do escritório que presta serviços ao Sitracom, Vanderlei Zortéa, explica que o assunto ganhou força desde março deste ano, mas em Bento, os trabalhadores começaram a se mobilizar há cerca de três semanas. Ele informa que é preciso esclarecer aos trabalhadores que

a correção do FGTS pode demorar alguns anos e que mesmo assim, o dinheiro não vai ficar disponível para saque. "Algumas pessoas acreditam que vão resolver a vida com esse dinheiro, mas o Judiciário ainda não tem uma posição definitiva sobre as ações. A decisão que vai criar jurisprudência e deve vir de Brasília", declara.

Além da espera, é importante lembrar que o saque do FGTS segue algumas regras, como aposentadoria e demissão. Segundo Vanderlei Zortéa, em alguns casos, os recursos são tão baixos que não vale a pena pagar

um advogado para receber o saldo corrigido.

Trabalhadores não vinculados a sindicatos

Para pessoas que não contam com assessoria jurídica de sindicatos, a opção é contratar advogados especializados na área. A advogada Ana Cristina Rizzi está há duas semanas atendendo interessados na correção do FGTS. Segundo ela, as perdas são gigantescas, mesmo levando em consideração a remuneração dos juros de 3% ao ano.

Ana Cristina explica que a partir de 1999, a taxa de correção do FGTS se distanciou expressivamente do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) e do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), ao ponto de hoje a inflação superar os 6% ao ano e a TR (Taxa Referencial) ser igual a zero.

Perdas podem chegar a 88%

Caso a Justiça determine a correção do FGTS no período de 1999 a 2012, o percentual pode ficar entre 3% ao ano.

Harmonizar
FISIOTERAPIA E PILATES

Pilates | Tratamento da Dor
Reeducação Postural
Terapias de Relaxamento
Disfunções da Coluna Vertebral
Atendimento personalizado e exclusivo.



Rua Pedro Rosa | 578 | Bairro Progresso | Bento Gonçalves
54. 3451 2259 | 54. 9998 9738
www.centroharmonizar.com.br



Trabalhadores aguardam atendimento jurídico na sede do Sitracom BG

Terça e Quarta é FEIRA

SUPERMERCADOS GREPAR

Faz parte do seu lar

Frutas e verduras direto do produtor
com o menor preço da cidade.



GREPAR PROGRESSO: Rua General Girardi, 491 | GREPAR JUVENTUDE: Av. Levidio Arantes, 793 | GREPAR CENTRO: Rua Hamart Barcelos, 102
GREPAR JARDIM GLÓRIA: Rua Carlos do Sul, 540 | GREPAR SÃO ROQUE: Rua Hermelinda Baccin, 200
GREPAR SÃO JOÃO: Rua São João, 100 | GREPAR SÃO PEDRO: Rua São Pedro, 100

48% e 88%. A ONG Instituto FGTS Fácil calcula que os trabalhadores perderam R\$ 128 bilhões de 2003 a 2013.

Para ter direito

- * O trabalhador precisa ter trabalhado de carteira assinada no período de 1999 a 2013;
- * A ação vale para trabalhador que se aposentou no período ou que sacou o Fundo para a compra de um imóvel;
- * É necessário contratar um advogado, seja pessoal ou ligado ao sindicato da categoria;

* O saldo do FGTS segue algumas regras para saque, como aposentadoria ou demissão.

Entenda as perdas

O Plano Collor II estabeleceu em 1991 que os reajustes do FGTS seriam feitos com base na Taxa Referencial (TR) e foi fixado juro sobre os depósitos de 3% ao ano. Em 1996, a TR ficou em 9,59%, em patamar suficiente para cobrir a inflação. Porém, a partir de 1999, a TR começa a ter percentuais sempre abaixo da inflação oficial.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Câmara Municipal de Bento Gonçalves
Palácio 11 de Outubro

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

A Câmara Municipal de Bento Gonçalves, através da Comissão Técnica Permanente de Finanças e Orçamento, torna público o lançamento do Edital de Audiência Pública relativo ao cumprimento da Lei Orgânica do Município e do Art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, informando que no dia 28 de novembro de 2013, às 16h, será debatido o Projeto de Lei nº 133/2013, que "ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE BENTO GONÇALVES PARA O EXERCÍCIO DE 2014". A audiência ocorre no Plenário da Câmara Municipal, na Av. Dr. Casagrande, 270. Bento Gonçalves, 12 de novembro de 2013.

Vereador MARCOS BARBOSA
Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento